

economia

AGU aciona STF contra derrubada da alta do IOF

Decreto do tributo integra um pacote de medidas para reforçar receitas do governo e atender metas do arcabouço

/TRIBUTOS

A Advocacia-Geral da União (AGU) encaminhou uma ação ao Supremo Tribunal Federal (STF), ontem, com pedido de declaração de constitucionalidade do decreto presidencial que alterou as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Na mesma ação, a AGU também requer, em caráter liminar, o reconhecimento da inconstitucionalidade do decreto legislativo que suspendeu os efeitos do ato do Executivo.

O advogado-geral da União, Jorge Messias, afirmou em pronunciamento a jornalistas que o decreto com a elevação do IOF é constitucional e não poderia ter sido suspenso pelo Congresso Nacional.

“A avaliação técnica dos nossos advogados, submetida ao presidente da República (Lula), foi que a medida adotada pelo Congresso Nacional acabou por violar o princípio da separação de Poderes”, disse.

“Nossa conclusão é que o decreto presidencial é constitucional, válido, hígido, não poderia ter sido objeto de PDL (Projeto de Decreto Legislativo)”, acrescentou.

A AGU pediu ao STF que o relator da ação seja o ministro Alexandre de Moraes, que já é relator de outras duas ações com objeto semelhante em tramitação na corte.

A decisão de brigar na justiça foi tomada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT),

que solicitou que a AGU elaborasse recursos ao STF para reativar o decreto.

A orientação do presidente foi dada a Messias na noite da quinta-feira, durante reunião que contou com a presença da ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann.

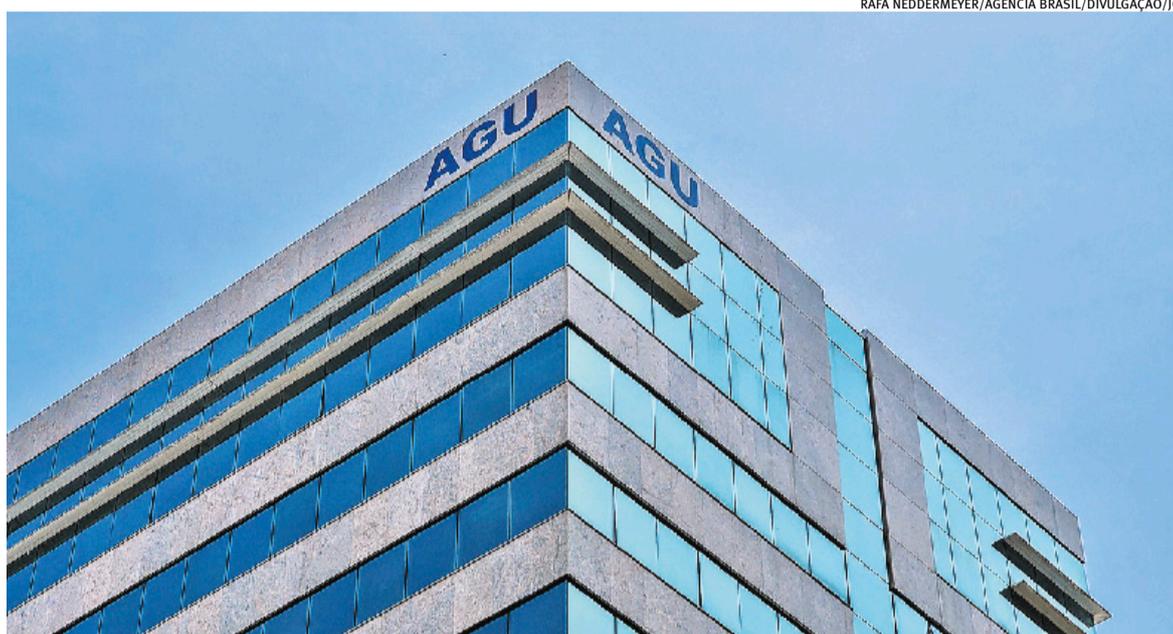
Antes mesmo da votação do Congresso, o governo já sinalizava com a possibilidade de judicializar o assunto, mas uma ala defendia a construção de uma solução política. Aliados do presidente chegaram a defender um esforço para evitar novo confronto entre a cúpula do Congresso e o Supremo.

Messias reforçou que o enfoque da discussão no Supremo será “estritamente jurídico” e que o governo federal fará um esforço para que seja retomada a normalidade institucional.

“As portas da política sempre estiveram abertas e continuarão abertas”, disse. Segundo ele, os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), foram avisados previamente da decisão do presidente Lula.

O advogado-geral da União negou que o governo esteja “colocando em xeque” as decisões do Congresso. “O que nós estamos realizando aqui, na verdade, é um ato absolutamente necessário com uma preocupação e um enfoque estritamente jurídico”, afirmou.

Messias também destacou



Advogado-Geral da União afirmou que medida do governo é constitucional e não poderia ter sido suspensa

que é dever da AGU alertar ao chefe do Executivo quando há o entendimento de que houve uma violação de sua competência. “Nós não podemos deixar de adotar as medidas jurídicas em razão das questões políticas. É nosso dever como Advocacia-Geral da União”, disse.

Lula ficou irritado com a condução do presidente da Câmara, que informou pelas redes sociais a decisão de levar a matéria a voto no dia seguinte. O presidente teria classificado o gesto como uma traição. Motta negou traição ao governo no episódio do IOF e criticou o discurso do Executivo por alimentar “polarização social”.

De acordo com o advogado-geral da União, a decisão tomada

por Lula foi “madura” e “refletida”. “Não é uma decisão adotada no calor da emoção, fruto de um embate político, não”, destacou.

O líder da Oposição na Câmara dos Deputados, Zucco (PL-RS), publicou na rede social X, nesta terça-feira, 1, uma nota do bloco em que diz que o governo “declara guerra ao Congresso Nacional” ao decidir recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para restaurar o decreto presidencial que altera alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

A manifestação ocorre após a Advocacia-Geral da União (AGU) ter anunciado a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de ingressar no STF com uma Ação Declaratória de Constitucionalidade para reverter a derrubada

do decreto, aprovado no Congresso na semana passada.

“A decisão da Advocacia-Geral da União (AGU) de acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) contra a deliberação soberana da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que sustou o aumento do IOF, é uma afronta inaceitável ao Poder Legislativo e um grave atentado à democracia”, diz a nota.

O texto prossegue: “Trata-se de mais uma tentativa autoritária do governo Lula de judicializar um tema eminentemente político, tentando impor pela força do Judiciário aquilo que perdeu no voto, de forma ampla e transparente, dentro da Casa do Povo. Ao fazer isso, o governo declara guerra ao Congresso Nacional”.

Para fechar orçamento de 2026, precisamos de IOF e corte de benefício tributário, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, ontem, que é necessário aprovar o aumento parcial do IOF, o corte de R\$ 15 bilhões em benefícios tributários e a medida provisória encaminhada pelo governo para compensar parcialmente a elevação do tributo para fechar o orçamento de 2026 com a meta fiscal estabelecida, de superávit primário de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

Indagado sobre a possibilidade de mudar o alvo de resultado primário do ano que vem, o ministro não respondeu. “Mais do que falar do futuro, eu estou falando do que eu já fiz como ministro da Fazenda, em 2024. As nossas medidas não foram apro-

vadas, e ainda assim buscamos o melhor resultado possível para o País”, disse Haddad a jornalistas, na portaria da sede da pasta, em Brasília.

O chefe da equipe econômica afirmou que o desenho do orçamento de 2026 não está relacionado com as eleições, aproveitando para criticar o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). “Nós não somos o governo Bolsonaro, a quem tudo foi permitido para ganhar a eleição. Não funciona assim com a gente”, ele disse, acrescentando que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é o “presidente da responsabilidade fiscal”.

Falando sobre o desenho da proposta de corte de benefícios

tributários, o ministro reconheceu que essa redução pode ocorrer de forma gradual, desde que torne as contas públicas “compatíveis com a necessidade atual”. Ele afirmou que a renúncia fiscal soma mais de 6% do Produto Interno Bruto (PIB), e que há uma emenda constitucional que prevê a necessidade de reduzir esse volume a 2%.

“Isso foi o próprio Congresso que decidiu, não foi este governo”, afirmou.

Indagado sobre a relação entre Executivo e Congresso, Haddad elogiou os números da economia, com revisões para cima nas projeções de crescimento do PIB e queda do desemprego à mínima histórica.



Ministro da Fazenda nega vínculo entre o orçamento e as eleições